

**2 ANOS
DE GOVERNO**



EIXO

BRASIL E MUNDO



EIXO O BRASIL E O MUNDO

A política externa, numa democracia, deve refletir os valores e os interesses da sociedade. Movido por essa convicção, o Governo tem feito muito, ao longo desses dois anos, para realinhar a política externa do Brasil com os primados da democracia e do desenvolvimento. Diante da ruptura da ordem democrática na Venezuela, o Brasil assumiu posição clara: atuou para suspendê-la do Mercosul e não tem poupado esforços diplomáticos em favor do restabelecimento do Estado de Direito no país vizinho e irmão. A agenda internacional do Brasil também entrou em sintonia com a urgência dos brasileiros por mais crescimento econômico, empregos e renda. Daí o empenho em revitalizar o Mercosul e concluir as negociações do acordo Mercosul-União Europeia, bem como abrir novas frentes negociadoras, com países de todos os perfis e geografias.

COMÉRCIO EXTERIOR

Ministério das Relações Exteriores

Aprimoramento da Governança e Funcionamento do Mercosul - O Governo brasileiro tem promovido, em conjunto com os demais sócios do Mercosul, o resgate da vocação original do Bloco: livre comércio, democracia e direitos humanos. Foram eliminadas 57 barreiras ao comércio intrabloco, entre 78 identificadas. O Protocolo de Facilitação de Investimentos (PCFI), de iniciativa brasileira, foi concluído. Sob a presidência brasileira, adotou-se protocolo sobre contratações públicas. A Venezuela foi suspensa do bloco por violação da cláusula democrática.

Aproximação com a Aliança do Pacífico - O Brasil e os demais sócios do Mercosul têm promovido maior convergência entre o bloco e a Aliança do Pacífico. Em 2017, foi assinado novo acordo comercial entre Mercosul e Colômbia, que ampliou a liberalização do comércio entre os dois países de 84% para 97% da pauta tarifária.

Relações Mercosul com outras regiões do mundo e lançamento de novas negociações comerciais - Após 20 anos de negociações, há perspectiva realista de conclusão do acordo entre Mercosul e União Europeia ainda em 2018. Sob a presidência brasileira do Mercosul, no segundo semestre de 2017, entrou em vigor o acordo comercial do Mercosul com o Egito. Além disso, o Bloco está envolvido em tratativas comerciais com a associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), Tunísia, Marrocos. No primeiro trimestre de 2018, foram iniciadas as negociações do Mercosul com o Canadá e devem ser lançadas em breve com a Coreia do Sul. Com a Índia, o objetivo é ampliar a liberalização comercial do Acordo de Comércio Preferencial. O Brasil e seus sócios têm buscado também negociações comerciais

com países do Sudeste Asiático. Na Cúpula de Brasília, em dezembro de 2017, foi lançado diálogo exploratório com Singapura.

Ministérios das Relações Exteriores e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Exportações de Proteína Animal - As exportações em 2017 somaram cerca de US\$ 15,5 bilhões, aumento de cerca de 9%, comparado com os US\$ 14,2 bilhões registrados em 2016. A carne de frango, principal produto do setor, representou quase metade desse montante (46,1%). Foram exportados US\$ 7,14 bilhões do produto, 5,5% acima do que havia sido registrado no ano anterior. As vendas de carne suína apresentaram recorde histórico, somando US\$ 1,61 bilhão, ou seja, 9,7% superiores a 2016.

Ministério das Relações Exteriores

Organização Mundial do Comércio (OMC) - O Brasil obteve, em outubro de 2017, uma importante vitória em contencioso instaurado na OMC contra as barreiras comerciais da Indonésia à importação de carne e produtos de frango. A abertura do país ao frango brasileiro representa mercado estimado em, ao menos, US\$ 70 milhões. Ainda em 2017, o Brasil iniciou contencioso contra o Canadá, em defesa do produtor nacional, em relação aos subsídios concedidos pelo governo canadense ao setor aeronáutico. O tema de facilitação de investimentos ganhou atenção na OMC por iniciativa do Brasil, que apresentou proposta de acordo sobre a matéria.

Assinatura do Protocolo de Cooperação e Facilitação de Investimentos do Mercosul - Foi assinado, em abril de 2017, o Protocolo de Cooperação e Facilitação de Investimentos do Mercosul. O acordo, proposto originalmente pelo Brasil, incentivará o investimento intra-regional, por meio do



estabelecimento de mecanismos de cooperação entre os Estados, além de criar regras de proteção dos investimentos e prevenção de conflitos.

Assinado o Protocolo de Contratações Públicas do Mercosul – Foi assinado na Cúpula de Brasília, em dezembro de 2017, e irá contribuir para criar mais oportunidades de negócio para as empresas dos países e ampliar o universo de fornecedores dos órgãos públicos.

Ministérios da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e das Relações Exteriores

Portal Sem Barreiras – O Sistema Eletrônico de Monitoramento de Barreiras às Exportações Brasileiras (SEM Barreiras), lançado em novembro de 2017, é uma ferramenta de gestão pública *online* destinada ao exportador que possibilita a comunicação de barreiras impostas sobre a entrada de produtos brasileiros em mercados estrangeiros. O sistema vale para a identificação de barreiras tarifária ou não tarifária, que geram custos extras ou até mesmo inviabilizam as exportações.

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

Plano Nacional da Cultura Exportadora – Coordenado pelo MDIC, o PNCE reúne iniciativas de instituições parceiras nacionais e estaduais, com o objetivo de aumentar a base exportadora, estimulando a inserção de empresas de pequeno porte no mercado externo. O PNCE foi lançado em todas as unidades da Federação, com o apoio de 150 instituições parceiras nacionais e estaduais, atendendo aproximadamente dez mil empresas desde a sua criação. Nos últimos 12 meses, foram realizadas cerca de 230 ações em mais de 50 Municípios dos 26 Estados e o DF, dentre as quais estão incluídas também feiras e missões para, pelo menos, dez países.


Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços/Receita Federal

Portal Único do Comércio Exterior - Trata-se de um esforço integrado do Governo Federal para reformular os processos de exportação, importação, e trânsito aduaneiro e conta com uma atuação conjunta do MDIC com a Receita Federal. O impacto previsto sobre o PIB é de R\$ 23,8 bilhões no momento da implementação completa, prevista para 2018. Considerada como a principal iniciativa governamental de desburocratização e facilitação do comércio exterior brasileiro, o Portal cria interface única entre Governo e operadores de comércio. Além da burocracia, reduz prazos das exportações e importações em cerca de 40%. A anexação eletrônica de documentos possibilitou a eliminação do papel em 99% das operações de comércio exterior que demandam algum tipo de anuência governamental.

Novo processo de exportações - Lançado em março de 2017, a ação beneficia cinco milhões de operações de exportação por ano, em cerca de 255 mil empresas. O Novo Processo coexistirá com o sistema antigo até julho de 2018. Atualmente, 98,2% das operações (valores de 2017) podem ocorrer pelo novo modelo. As operações residuais (1,8%) serão implementadas até a primeira quinzena de junho de 2018.

Casa Civil/Ministérios da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, da Fazenda, do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, da Integração Nacional e do Meio Ambiente

Criação da CZPE do porto do Açu - O Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (CZPE) aprovou a criação de mais uma Zona de Processamento de Exportação no Brasil, a do porto do Açu, no Rio de Janeiro, por meio de decreto assinado em dezembro de 2017. A área indicada para a ZPE fluminense tem 182,2 hectares e faz parte do distrito industrial de São João da Barra.



A administração da ZPE será concedida à iniciativa privada, que prevê investimentos de R\$ 40 milhões no empreendimento. A criação da ZPE está associada a um projeto industrial piloto, o Rochas do Açú, de processamento de mármore, granito, ardósia e outras pedras. A empresa deve investir outros R\$ 42 milhões no negócio, que tem como foco principal as exportações.

Criação da ZPE de Pecém - A Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de Pecém, no Ceará, iniciou suas operações no segundo semestre de 2016 e, no ano seguinte, o empreendimento superou US\$ 1 bilhão em exportações, representando quase a metade das vendas externas do Ceará no ano e contribuindo para o crescimento de mais de 60% das exportações do Estado. A ZPE de Pecém passa por um processo de expansão, com foco em projetos industriais nos segmentos de rochas ornamentais, alimentos, vestuário e calçados. Também está sendo negociada a implantação de uma refinaria de petróleo.

POLÍTICA EXTERNA

Ministérios das Relações Exteriores e do Meio Ambiente

Lançamento da plataforma para o Biofuturo - A declaração de visão da plataforma para o Biofuturo foi anunciada em novembro de 2017, em Bonn, durante a 23ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 23) pelo Brasil e os demais países signatários da proposta.

Destaca-se:

- COP 23: durante a convenção, realizada em novembro de 2017, em Bonn, Alemanha, foi lançado o Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Planaveg) e anunciada a redução de 28%

do desmatamento nas unidades de conservação federais. Além disso, foi lançada a candidatura do Brasil para sediar a COP 25, que ocorrerá em 2019; e

- COP 22: o Brasil participou da convenção realizada no Marrocos com 271 delegados. Entre outras realizações, o Brasil lançou a “Plataforma para o Biofuturo”, em parceria com mais 19 países.

Ministério das Relações Exteriores

Retomada da diplomacia presidencial e participação nos principais foros da governança global (ONU, BRICS, G20) - O Presidente da República realizou visitas bilaterais aos seguintes países: Argentina, China, Paraguai, Índia, Japão, Noruega, Portugal e Rússia. Além disso, participou das Cúpulas do Mercosul, na Argentina; do G20, na Alemanha; e do BRICS, na Índia e na China. O Presidente também abriu a 72ª Assembleia-Geral da ONU, em Nova Iorque, e a Ministerial da OMC, em Buenos Aires.

Universalismo das relações exteriores do Brasil - Foram fortalecidas as relações do Brasil com países desenvolvidos e em desenvolvimento, sem exclusivismos. Como expressão do universalismo da política exterior brasileira, o Governo tem buscado aprofundar o diálogo econômico político com os EUA, reforçar a relação com a Europa, retomar a política para a África e fortalecer o relacionamento com a Ásia e o Oriente Médio, sem descuidar da prioridade permanente atribuída à América Latina e ao Caribe.

Eleição para o Conselho de Direitos Humanos - A atuação externa do Brasil na área de direitos humanos foi coroada com a sua eleição ao Conselho de Direitos Humanos para o mandato 2017-2019. É a quarta vez em que o Brasil exercerá mandato no órgão.

Eleição de brasileiros em órgãos internacionais

- O professor Antônio Augusto Cançado Trindade foi reeleito em novembro de 2017 para a Corte Internacional de Justiça, o principal tribunal das Nações Unidas;
- O embaixador Roberto Azevêdo foi reeleito em fevereiro à Direção-Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC);
- Guilherme Costa, servidor do MAPA, foi eleito, em julho de 2017, o novo presidente do Codex Alimentarius, entidade vinculada à ONU, à Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e à Organização Mundial de Saúde (OMS);
- Em junho de 2017, a jurista Flavia Piovesan foi eleita membro da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), para mandato de quatro anos (2018-2021);
- José Dauster Sette foi eleito Diretor-Executivo da Organização Internacional do Café, em Londres;
- O então Diretor-Executivo da Polícia Federal Rogério Galloro foi eleito vogal das Américas no Comitê Executivo da Interpol, em Lyon; e
- O embaixador Silvio José Albuquerque e Silva foi eleito membro do Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial da ONU.


Desarmamento e não proliferação nuclear – O presidente do Brasil foi o primeiro chefe de Estado a assinar, em setembro de 2017, o Tratado sobre a Proibição de Armas Nucleares, um marco histórico na busca por um mundo livre de armas de destruição em massa. O Brasil foi um dos seis países que lideraram as negociações do tratado, em linha com a tradição pacifista e da busca por um mundo livre de armas nucleares.

Ministérios das Relações Exteriores e da Fazenda

Pedido de acesso à OCDE – Em maio de 2017, o Brasil solicitou acesso à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O ingresso na Organização trará diversos benefícios para a economia brasileira, entre os quais se destacam a reiteração do compromisso do Brasil com uma economia aberta, previsível, responsável e transparente e a promoção do intercâmbio de melhores práticas internacionais. O Brasil também já aderiu a 36 instrumentos da OCDE e está em processo de adesão a outros 74.

Ministérios das Relações Exteriores e da Defesa

Operações de manutenção da paz – O País participou de dez das 16 operações de paz das Nações Unidas em atividade. O primeiro envio de tropas a um país estrangeiro teve início em 1956, com a participação na Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF), criada para evitar conflitos entre egípcios e israelenses e pôr fim à crise de Suez. Atualmente, o Brasil mantém observadores militares e oficiais de Estado-Maior em missões no Chipre, na República Centro-Africana, no Saara Ocidental, na República Democrática do Congo, na Guiné Bissau, no Sudão e no Sudão do Sul. Em outubro de 2017, chegou ao fim a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti, que, por 13 anos, foi



comandada pelo Brasil. Cerca de 36 mil militares brasileiros passaram pelo Haiti. Desde fevereiro de 2011, a Marinha do Brasil comanda a Força-Tarefa Marítima (FTM) da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (Unifil). O contingente brasileiro na Unifil é composto por 273 militares.

Ministério das Relações Exteriores

Eficiência nos serviços consulares - O Itamaraty tem realizado diversas ações para aprimorar a assistência consular a brasileiros como:

- Celebração de cerca de 80 acordos de cooperação jurídica internacional;
- Assinatura de 90 acordos de isenção de vistos;
- Implantação do Sistema Consular Integrado - Nova Geração, com maior integração de dados sobre documento (passaportes e vistos) com outros órgãos brasileiros); e
- Serviço de saque extraordinário do FGTS no exterior (2017).

O Governo continua empenhado em incrementar a eficiência dos serviços consulares prestados, por meio da adoção do visto eletrônico (*e-Visa*) para Austrália, Canadá, Estados Unidos e Japão (todos já em funcionamento); e da implantação de Centros de Processamento de Serviços Consulares (*Visa Centers*) em Angola (criado em setembro de 2017) e na China (onde foram instalados 12 *Visa Centers*), além da Índia (prioridade para 2018).

XI Cúpula da CPLP – O Brasil sediou, em outubro de 2016, a XI Cúpula da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, que contou com a presença dos chefes de Estado ou governo de Portugal, Angola, Cabo Verde, Timor Leste, Guiné Bissau, Guiné Equatorial e São Tomé e Príncipe, além do chanceler de Moçambique. Na reunião, o Brasil assumiu a presidência da CPLP, entidade que promove cooperação entre os países-membros em várias áreas, como educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura e esportes.

Brasil + Turismo (emissão de vistos eletrônicos) – A política de facilitação de vistos adotada pelo Governo Federal resultou em um número recorde de vistos concedidos, para os viajantes das quatro nacionalidades atendidas: Austrália, Japão, Canadá e Estados Unidos. Em fevereiro de 2018, 25.604 autorizações foram emitidas, incluindo vistos tradicionais e eletrônicos. Destes, 18.328 foram *e-Visas*, ou seja, 72% do total. Desde a entrada em vigor da ação, em novembro, o Brasil já concedeu 24.553 *e-Visas* para cidadãos dos países beneficiados.

Defesa da democracia na Venezuela – O Brasil articulou ações em diversos foros regionais em defesa da ordem democrática na Venezuela. Por iniciativa do Brasil, o país foi suspenso do Mercosul, com base na cláusula democrática do Bloco, em reunião presidida pelo Governo brasileiro em São Paulo, em agosto de 2017. O Brasil também tem atuado no âmbito da OEA e do Grupo de Lima com vistas a contribuir para o retorno à democracia na Venezuela e o reconhecimento da grave crise humanitária que vive aquele país, de modo a permitir a ajuda internacional aos necessitados.

Diversos

Realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016

- Em meio a uma crise política e econômica grave, o Brasil conseguiu realizar o maior evento esportivo com sucesso;
- O esporte brasileiro alcançou, no Rio de Janeiro, a sua melhor participação na história dos Jogos Olímpicos. Apenas o ouro do futebol masculino não foi conquistado por bolsistas do Governo Federal. Já nos Jogos Paralímpicos, foram conquistadas 72 medalhas, todas recebidas por atletas patrocinados pelo Governo Federal;
- Como resultado dos investimentos nos Jogos e da hospitalidade dos brasileiros, pesquisa realizada pelo Governo Federal com turistas estrangeiros mostrou que 87,7% deles pretendem voltar ao Brasil e que, dos brasileiros, 94,2% querem voltar ao Rio de Janeiro; e
- A Casa Brasil, montada em dois galpões no *Boulevard* Olímpico durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 recebeu 558,2 mil pessoas, que tiveram a oportunidade de conhecer mais da cultura e da diversidade do País.

SEGURANÇA DAS FRONTEIRAS


Ministérios das Relações Exteriores e da Defesa

Segurança das Fronteiras - Em 16 de novembro de 2016, realizou-se no Itamaraty a Reunião Ministerial do Cone Sul sobre Segurança nas Fronteiras, da qual participaram Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai. A Declaração de Brasília, aprovada na ocasião, contém linhas de ação e diretrizes para orientar a cooperação bilateral e regional visando à segurança nas fronteiras e ao combate ao crime organizado. O Ministério da Defesa e o Ministério da Justiça coordenam a articulação de parcerias para garantir a segurança no arco norte da fronteira brasileira.

Ministério da Defesa

Operação Ágata - Em 2017, com o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF), a Operação Ágata foi reformulada, passando a ter caráter de curta duração e fracionada durante o ano, com o propósito de ser mais imprevisível para o crime organizado. Dessa forma, foi ampliada a efetividade por intermédio da cooperação entre as diversas agências federais, para desarticular as organizações criminosas. A Operação Ágata 12 resultou em 95 prisões e apreensão de 17.521.030 kg de drogas, 66 armas e 3.804.626 itens oriundos de contrabando.

Sisfron - O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron) surgiu para atender à Estratégia Nacional de Defesa. O projeto-piloto alcançou as organizações militares da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada/Comando Militar do Oeste (CMO), e compreende uma extensão de 650 km da faixa de fronteira. As próximas fases do Programa preveem ampliar a cobertura em aproximadamente



1.950 km. A partir de 2018, será implantado na faixa de fronteira do Estado do Paraná e do Estado do Mato Grosso, o que totalizará uma extensão aproximada de 2.600 km de faixa de fronteira. Desde 2016, foram investidos no Sisfron R\$ 448 milhões. Para 2018, já estão autorizados recursos no valor de R\$ 313 milhões.

ACORDOS COMERCIAIS

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

Brasil-Argentina - Desde 2016 os dois países utilizam o Certificado de Origem Digital (COD) no intercâmbio comercial, o que simplifica a emissão do documento, que pode ser realizada em 30 minutos. Anteriormente, a documentação demorava até três dias para ser emitida. Em 2 de agosto de 2016, os países assinaram declaração conjunta orientando as áreas técnicas dos países a dar prosseguimento ao Projeto do COD.

Brasil-Colômbia - Em dezembro de 2017, foi ratificado acordo automotivo que zera alíquotas de importação e prevê a concessão de 100% de preferência para veículos dos dois países, com cotas anuais crescentes. Pelo acordo 25 mil veículos poderão ser exportados nessas condições este ano, e a partir de 2019, serão 50 mil.

Brasil-Paraguai - Firmaram, em setembro de 2016, compromisso de avançar na construção de um acordo para o fornecimento de carros populares brasileiros para o Programa *Vehículo Okm para la Familia Paraguaya*. A previsão é vender, em 12 meses, dez mil carros a mais para o mercado

paraguaio. Com o Ministério da Indústria, está sendo negociado ainda um acordo automotivo, com foco na integração das cadeias produtivas dos dois países.

Brasil-Uruguai - Em setembro de 2017, foi assinado memorando de entendimento para beneficiar o fluxo comercial, utilizando o Certificado de Origem Digital nas operações, reduzindo custos e prazos nas exportações e importações.

Brasil-China - Em setembro de 2017, foi assinado memorando de Entendimento (MoU) em comércio eletrônico com o governo chinês. O documento fortalece a cooperação entre os dois países e busca promover o aumento das relações econômicas neste setor.

Brasil-BRICS - Avanço da pauta de comércio eletrônico nas discussões realizadas entre os países do BRICS. Assinado, em outubro de 2017, termo de cooperação econômica entre as economias que compõem o Bloco: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

